



Partes e Procuradores:

Capacidade processual:

- Quando é necessário o consentimento do cônjuge para propositura de ação?

Art. 73. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

Obs.: Esta regra também se aplica ao caso de união estável.

Partes e Procuradores:

Honorários advocatícios:

- Há privilégios em relação à verba honorária?

Art. 85, § 14. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial..

Partes e Procuradores:

Honorários advocatícios:

- É possível o ajuizamento de ação autônoma para fixação de honorários de sucumbência?

Art. 85, § 18. Caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, é cabível ação autônoma para sua definição e cobrança.

Partes e Procuradores:

Justiça Gratuita:

- A concessão do benefício isenta a parte do pagamento das verbas de sucumbência?

Art. 98. §2º A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

Partes e Procuradores:

Justiça Gratuita:

Art. 98. §3º Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.